

## **A Folha da Região (Guariba)**

**6/7/1991**

### **Migrantes temporários: a sobrevivência**

Quem são esses migrantes temporários a que nos referimos?

Mineiros, aproximadamente 40 mil do Vale do Jequitinhonha e também da região de Montes Claros e outras regiões, aproximadamente 10 mil;

Baianos, aproximadamente 30 mil, principalmente da Chapada Diamantina, sertão baiano e outras regiões próximas;

São homens, mulheres e até crianças e muitas vezes famílias inteiras; São pessoas em busca das safras agrícola: cana, café, algodão, laranja, também para os serviços domésticos, construção civil e outros;

— Dirigem-se para os Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e do Norte, Goiás, norte do Paraná, Zona da Mata nordestina e sul do Estado de Minas.

A saída é determinada pelo grau de abandono e de miséria que vive a população dessas regiões e pelo esgotamento das possibilidades de sobrevivência.

Nessas regiões não há uma política de desenvolvimento, que tenha como sujeito a população carente. São regiões basicamente agrícolas mas a terra tem se concentrado nas mãos de alguns. Pelos levantamentos feitos nessas regiões, cerca de 45% dos trabalhadores não possuem terra e dos que possuem terra, a distribuição é a seguinte: 2% dos proprietários tem até 40% das terras e 48% dos proprietários tem apenas 15% das terras. Estes números mostram o porquê da miséria nestas regiões.

As condições de vida na origem são precárias: falta de transporte, de assistência médica, não se investe na educação, uma professora ganha metade do salário mínimo e por causa da subnutrição as crianças não desenvolvem suficientemente na escola; por outro lado, a metodologia de ensino foge da realidade. Em vários municípios, a educação apresenta o seguinte quadro: 60% da população não tem acesso à escola, são analfabetos; 30% sabe ler com dificuldade e só 10% sabe ler.

A política econômica do Governo, para essas regiões, é na base do "é dando que se recebe", centrado no coronelismo. O pequeno produtor fica sempre à margem, sem recursos para produzir. Não há uma política agrícola, hoje voltada para o pequeno produtor, que planta milho, feijão, mandioca... e com isso os pequenos produtores vão se descapitalizando, por fim só resta migrar temporariamente para não perder tudo o que tem.

Por outro lado, temos nessas regiões uma crescente pressão demográfica: aumenta a quantidade de pessoas que dependem da mesma área de terra para sobreviver. Um dado preocupante, é com relação a conservação do solo, que não existe hoje nessas regiões, a utilização de técnicas de preservação por falta de crédito agrícola.

A seca nessas regiões é colocada, pela sociedade como causadora das migrações, mas a população dessas regiões afirma: "a seca só marca a hora da saída, o problema é mesmo a falta de terra e de uma política agrícola". Assalariamento rural e transformação na agricultura no Vale do Jequitinhonha.

As chapadas do Vale em terras de todo o povo, locais chamados de "larga", onde se criavam soltos os animais, também onde colhiam frutos para alimentação.

Na década de 70, essas terras foram parar nas mãos das reflorestadoras e com isso toda mata nativa foi parar nos fornos de carvão. Todos os animais silvestres foram mortos, porque desciam das chapadas e eram facilmente abatidos. Aumentou o mal de chagas, porque os barbeiros saíram das matas para as casas.

Hoje, cerca de 70% das terras do Vale, estão nas mãos das reflorestadoras e latifundiários. Também grande parte das chapadas está nas mãos dos fazendeiros que plantam principalmente café e maracujá. Muita terra foi comprada por preços baixíssimos e até tomadas, sendo expulsas famílias inteiras pelos tratores das reflorestadoras.

Muitas dessas famílias foram parar nas pontas de rua e se transformaram em bóias-frias, que muitas vezes nem chegam a ganhar o salário mínimo. Quem trabalha nas carvoarias regularmente, não tem a proteção necessária, em pouco tempo se torna doente.

A polícia florestal intensificou a fiscalização junto aos pequenos produtores e não junto às reflorestadoras.

Esse povo que sofreu todas essas adversidades acabou migrando definitivamente depois de vender as terras ou perde-las.

A chegada do eucalipto no Vale do Jequitinhonha, agravou o problema da seca e o desmatamento indiscriminado levou muitos rios, córregos e nascentes a secarem. A propaganda feita pelos latifundiários e governo, era de que o reflorestamento iria trazer emprego para o povo e resolver o problema da migração.

Plano 2010 — A construção de barragens no Vale do Jequitinhonha afetará de modo decisivo os pequenos proprietários que moram nas beiras dos rios e córregos. Há previsão para construção de 14 barragens para geração da energia elétrica e irrigação de grandes latifúndios. Com isso corre-se o risco dos migrantes temporários, que são pequenos proprietários, se tornarem bóias-frias na própria terra ou de migrarem definitivamente. Existe toda uma propaganda do Governo de Minas, através da CEMIG, no sentido de implantar o projeto em todo o vale e com isso são gastas somas enormes que se fossem usadas para implementar uma política agrícola, resolveria o problema de grande parte do povo da região.

O desenvolvimento capitalista nestas regiões não resolveu o problema dos migrantes e vem transformado sistematicamente, pequenos proprietários rurais em assaltados.

## **SITUAÇÃO NAS REGIÕES DE DESTINO**

As regiões de destino, para onde se dirigem os migrantes safristas — região canavieira do Estado de São Paulo, Mato Grosso, Norte de Goiás passam por um elevado nível de desenvolvimento da agricultura, com grandes investimentos em tecnologia, tanto no corte da cana, como a industrialização do álcool e do açúcar. No entanto, no que diz respeito às relações e condições de trabalho são tremendamente exploradoras. Como exemplo, podemos citar: jornada de trabalho de 12 horas, corte de cana de ruas, o controle de produção da cana cortada é enganoso, mede-se por metro e o preço é dado por tonelada (Cr\$ 242,00 por tonelada); os alojamentos construídos pelas usinas ficam distantes das cidades (até 30 quilômetros), são verdadeiros confinamentos em meio aos canaviais e abrigam até mil trabalhadores. Há alojamentos em algumas usinas do Estado de São Paulo que não permitem visitas aos migrantes, nem mesmo de parentes. As condições de higiene são precárias, a alimentação de baixa qualidade nutritiva, impossível para manter com saúde tão desgastante trabalho, cobrando-se pela pensão o correspondente a 80% do salário mínimo. Os trabalhadores nos alojamentos são controlados pelos "gatos", que por sua vez foram arregimentados nos locais de origem, eximindo a empresa desta vinculação direta com o trabalhador. Estes sofrem sérias ameaças por parte dos gatos e são explorados nos botecos

com os altos preços dos produtos e não poucas vezes sofrem a prática da agiotagem, tornando-se presos por dívida continuamente renovada. Constatam-se baixos salários e o cheque do pagamento passa primeiro pelas mãos do "gato" que automaticamente faz os devidos descontos: alimentação, empréstimos, vendas de produtos no boteco.

As consequências desse tipo de vida e trabalho são degradantes: enfraquecimento físico, perda de peso, doenças, desânimo, desespero (alguns fogem pelo canavial à fora, outros tomam injeções de glicose para suportar a longa jornada), sofrimento pela distância da família e abandono... Nas cidades são discriminados e vistos como "perigosos", como concorrentes às vagas no emprego.

A medida em que se amplia a utilização da mão-de-obra temporária, por ser "descartável", há o risco de aprofundar ainda mais o fosso entre região de origem e região de destino — o que leva ao aumento da distância entre pobreza e riqueza, esta, privilegiando-se das privações daquela.

### **ATUAÇÃO DA IGREJA**

Da alarmante situação acima descrita, a Igreja tem se sensibilizado, particularmente, a partir do final da década de 70 e início dos anos 80. De um lado, o esvaziamento das comunidades cristãs de origem e de outro denúncias de escravidão branca e situações desumanas de moradia, alimentação... tem colocado a Igreja em movimento.

Agentes da Diocese de Araçuaí-MG num primeiro momento e mais tarde da Diocese de Rui Barbosa-BA iniciam uma série de contatos com os migrantes no estado de São Paulo. Esta presença de Igreja se torna mais significativa e sistemática a partir de 1985 quando os padres e irmãos scalabrinianos juntamente com o Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), passa a atuarem regularmente a partir das Dioceses de Araçuaí e Rui Barbosa, na origem e da Diocese de Jaboticabal-SP, no destino. Aos poucos, várias outras dioceses são envolvidas nesta problemática realizando um trabalho de intercâmbio entre agentes, religiosos e leigos, das várias dioceses de origem e destino.

Visitas, encontros, missões, contatos reuniões... junto às comunidades de origem e junto aos migrantes no destino, tem sido uma prática permanente dessa pastoral, sempre com o objetivo de juntos buscarem alternativas de resistência e ao mesmo tempo, manter viva a fé e o espírito comunitário, bem como assegurar os valores desse povo constantemente ameaçado, porque constantemente em movimento...

### **PASTORAL MIGRATÓRIA**

junho 1991

**(Página 3)**